

11 OUT 2001

FHC pede adesão a Tribunal da ONU

Rodrigo Bittar

De Brasília

O Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou mensagem ao Congresso Nacional pedindo a aprovação da adesão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional, que está sendo implantado em Haia. O Brasil é signatário do Estatuto de Roma, que prevê a criação do tribunal, desde fevereiro de 2000, mas a formalização precisa ser aprovada pelo Legislativo.

A atuação desse tribunal seria permanente e voltada ao julgamento de crimes contra a humanidade, de genocídio, de guerra e de agressão. "Um possível réu dessa corte seria o terrorista Ossama bin Laden", exemplificou o ministro da Justiça, José Gregori, que assina a exposição encaminhada ao Congresso com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer.

A jurisdição do tribunal se aplicará a crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma e será complementar às jurisdições nacionais, podendo ser acionada apenas nos casos de manifesta incapacidade ou falta de disposição dos Estados para processar os acusados dos crimes. O Estatuto de Roma entrará em vigor quando obtiver 60 ratificações ou adesões. O tratado foi assinado por 139 países mas, até ontem, apenas 42 tinham apresentado os respectivos instrumentos de ratificação ou adesão. O tribunal internacional será vinculado à ONU.

Segundo o Itamaraty, os aspectos jurídicos envolvidos com o funcionamento do tribunal já foram avaliados e a conclusão foi de não haver incompatibilidade entre seus dispositivos e a Constituição brasileira. "O Estatuto de Roma está em plena sintonia com os princípios da prevalência dos direitos humanos e defesa da paz nas relações internacionais e da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado, inscritos na Constituição", informou o Itamaraty por meio de nota.